continuação

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**258.481**	**408.715**
Caixa e equivalentes de caixa	6	140.577	281.894
Aplicações financeiras	6	30.701	62.160
Contas a receber das operações	7.1	45.802	38.868
Contas a receber de partes relacionadas	9	13	60
Tributos a recuperar		26.020	18.525
Despesas antecipadas e outros créditos		15.368	7.208
Não circulante		**3.729.511**	**2.788.882**
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	-	40.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	1.540
Depósitos judiciais		5.793	4.262
Sinistro a receber		1.951	17.584
Tributos a recuperar		2.518	-
Outros créditos		5.015	217
Imobilizado	10	157.315	162.487
Intangível	11	2.053.433	1.407.570
Infraestrutura em construção	11	1.498.869	1.152.768
Direito de uso em arrendamento		4.617	2.381
Total do ativo		**3.987.992**	**3.197.597**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**582.721**	**407.656**
Debêntures	14	35.424	3.804
Empréstimos e financiamentos	13	39.903	8.786
Fornecedores	12	120.551	131.843
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	120.007	80.330
Impostos e contribuições a recolher		12.514	12.632
Provisão de manutenção	16	35.865	45.597
Obrigações sociais e trabalhistas		12.064	11.633
Obrigações com o Poder Concedente		1.248	1.191
Passivo de arrendamento		3.078	1.816
Juros sobre capital próprio a pagar	9	198.737	108.346
Outras obrigações		3.330	1.678
Não circulante		**1.736.771**	**1.407.488**
Debêntures	14	1.042.792	999.464
Empréstimos e financiamentos	13	602.115	352.124
Fornecedores	12	12.364	4.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	32.295	-
Pis e Cofins diferidos		64	41
Provisão de manutenção	16	36.148	43.337
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	9.280	6.613
Passivo de arrendamento		1.703	842
Obrigações sociais e trabalhistas		10	108
Patrimônio líquido	17	**1.668.500**	**1.382.453**
Capital social		1.408.456	1.188.456
Reserva de capital		527	-
Reservas de lucros		259.517	193.997
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.987.992**	**3.197.597**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	18	**1.468.872**	**1.203.609**
Custos dos serviços prestados		**(1.174.965)**	**(937.580)**
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Serviços		(57.792)	(56.614)
Custo com pessoal		(50.477)	(51.075)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Depreciação e amortização	10 e 11	(59.505)	(42.202)
Materiais, equipamentos e veículos		(19.532)	(15.676)
Custo com o Poder Concedente		(14.895)	(14.212)
Energia elétrica		(5.680)	(5.032)
Seguros		(7.297)	(5.169)
Outros		(8.335)	(7.711)
Lucro bruto		**293.907**	**266.029**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(78.298)**	**(75.982)**
Despesas com pessoal		(30.821)	(29.223)
Serviços		(17.221)	(14.340)
Depreciação e amortização	10 e 11	(11.387)	(8.283)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.069)	(5.212)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.338)	(2.281)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.280)	(494)
Gastos compartilhados		(2.469)	(2.654)
Gastos com viagens e estadias		(953)	(688)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, e contratuais	15.1	(2.667)	(6.011)
Editais e publicações		(292)	(458)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(4.643)	(2.666)
Perda na alienação de ativo		(10.503)	239
Ressarcimento de sinistros		18.013	-
Outras despesas (receitas) operacionais		(5.668)	(3.911)
Resultado antes do resultado financeiro		**215.609**	**190.047**
Resultado financeiro	19	(12.077)	(6.682)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**203.532**	**183.365**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(31.670)	(43.566)
Lucro líquido do exercício		**171.862**	**139.799**
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R$)	17.2	**0,13659**	**0,11763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**171.862**	**139.799**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**171.862**	**139.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receitas		**1.545.746**	**1.250.828**
Receitas operacionais	18	1.518.491	1.250.257
Outras receitas		27.255	571
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(945.588)	(713.695)
Provisão de manutenção	16	(5.864)	(26.194)
Custos dos serviços prestados		(109.633)	(99.859)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(59.173)	(38.093)
Valor adicionado bruto		**425.488**	**372.987**
Depreciação e amortização		(70.892)	(50.485)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**354.596**	**322.502**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	28.633	55.364
Valor adicionado total a distribuir		**383.229**	**377.866**
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		42.957	45.257
Benefícios		19.520	18.691
FGTS		3.634	3.198
Tributos			
Federais		68.065	74.957
Estaduais		215	225
Municipais		28.638	26.811
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		40.237	61.894
Aluguéis		8.101	7.034
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		65.520	88.199
Juros sobre capital próprio		106.342	51.600
		383.229	**377.866**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**171.862**	**139.799**
Ajustes por:			
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	19	155.286	134.052
Depreciação e amortização	10 e 11	68.562	48.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	33.835	13.502
Baixa do ativo imobilizado	10 e 11	20.598	-
Constituição da provisão de manutenção	16	5.864	26.194
Ajuste a valor presente provisão manutenção	16	9.172	6.391
Constituições líquidas de reversões e atualizações monetária para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	7.460	24.575
Capitalização de custo de empréstimos	19	(129.249)	(80.540)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	2	-
Depreciação - direito de uso em arrendamento		2.330	2.125
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.4	527	-
Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	19	3.336	1.008
Ajuste a valor presente do arrendamento	19	275	369
Rendimento sobre aplicações financeiras		(3.178)	(16.486)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(6.934)	(5.606)
Contas a receber de partes relacionadas	9	47	2.657
Tributos a recuperar		(10.013)	(9.083)
Sinistros		15.633	-
Despesas antecipadas e outros créditos		(14.489)	(28.841)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(49.499)	76.903
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	36.341	31.317
Obrigações sociais e trabalhistas		333	1.600
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		1.998	22.101
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(18.067)	(32.305)
Realização da provisão de manutenção	16	(31.957)	-
Pis e Cofins diferidos		23	13
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	(4.793)	(18.564)
Obrigações com o Poder Concedente		57	53
Outras obrigações		1.652	11.139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**267.014**	**350.733**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(30.383)	(24.354)
Aquisição de ativo intangível	11	(918.158)	(835.019)
Outros de ativo intangível	11	47.448	606
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	29.503	305.381
Resgate/aplicações (conta reserva)	6	45.207	(56.234)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(826.383)**	**(609.620)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	267.680	124.528
Pagamento de principal	22.2	(11.477)	(1.445)
Pagamento de juros	22.2	(55.433)	(27.174)
Arrendamento			
Pagamento de juros	22.2	(2.718)	(2.528)
Integralização de capital	22.2	220.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**418.052**	**93.381**
Redução de caixa e equivalente de caixa		**(141.317)**	**(165.506)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		281.894	447.400
No final do exercício		140.577	281.894
		(141.317)	**(165.506)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social			Reserva de lucros			
	Nota	Subscrito	A integralizar	Reserva de Capital	Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**1.188.456**	**-**	**-**	**38.486**	**67.312**	**-**	**1.294.254**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	139.799	139.799
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(43.860)	(43.860)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Reserva legal		-	-	-	6.990	-	(6.990)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	81.209	(81.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.188.456**	**-**	**-**	**45.476**	**148.521**	**-**	**1.382.453**
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**1.188.456**	**-**	**-**	**45.476**	**148.521**	**-**	**1.382.453**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	171.862	171.862
Aumento de capital em 28 de maio de 2025	17.1	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 6 de junho de 2025	17.1	-	100.000	-	-	-	-	100.000
Aumento de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	120.000	(120.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 2 de dezembro de 2025	17.1	-	120.000	-	-	-	-	120.000
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(65.741)	(65.741)
Juros sobre capital próprio em 22 de setembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(11.601)	(11.601)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (líquido)	17.5	-	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (IRRF)	17.5	-	-	-	-	-	(4.350)	(4.350)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.7	-	-	527	-	-	-	527
Reserva legal	17.2	-	-	-	8.594	-	(8.594)	-
Reserva de retenção de lucros	17.3	-	-	-	-	56.926	(56.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.408.456**	**-**	**527**	**54.070**	**205.447**	**-**	**1.668.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: 1.1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela Concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;

15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

16. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;

20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo,com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 18. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do

continua